

RESOLUÇÃO ARPE Nº 153, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

*Reajuste Anual da Tarifa de Pedágio do
Complexo Viário e Logístico de SUAPE -
Express Way, delegado à Concessionária Rota
do Atlântico S.A.*

**A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO
ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE**, com fundamento na Lei nº 12.524, de 30 de dezembro de
2003 e alterações, regulamentada pelo Decreto nº 30.200, de 09 de fevereiro de 2007, e

CONSIDERANDO o artigo 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de
1995, o qual dispõe que incumbe ao Poder Concedente homologar reajustes e proceder à revisão das
tarifas na forma da referida Lei, das normas pertinentes e do contrato;

CONSIDERANDO o artigo 1º, da Lei Estadual nº 14.233, de 13 de dezembro de 2010,
que autoriza o Estado de Pernambuco, por intermédio do Poder Executivo, a conceder a operação,
exploração, conservação, manutenção, realizar melhorias e ampliar trechos rodoviários estaduais
pertencentes ao complexo de obras e serviços denominado “Polo de Concessão Rodoviária – SUAPE”,
e o artigo 2º, que altera a redação do art. 4º da Lei nº 7.763, de 07 de novembro de 1978;

CONSIDERANDO o disposto no Contrato de Concessão do Complexo Viário e
Logístico de SUAPE – Express Way nº 43/2011 e alterações, em especial, a Subcláusula 4.5 –
Reajuste do Valor da Tarifa, da Cláusula Quarta – Da Equação Econômico-Financeira, a Subcláusula
4.1 do 1º Termo Aditivo, e a Subcláusula 2.1, da Cláusula Segunda - Da Majoração da Tarifa em
Virtude da Revisão do Contrato de Concessão do 3º Termo Aditivo ao referido Contrato;

CONSIDERANDO a solicitação da Concessionária Rota do Atlântico, registrada na
Carta PC 096/2019 de 06 de dezembro de 2019, encaminhada por SUAPE no OFÍCIO GAB. DP Nº
281/2019, de 11 de dezembro de 2019, Processo SEI nº 0050200057.000997/2019-91;

CONSIDERANDO as análises técnicas realizadas por esta Agência de Regulação, contidas no Parecer ARPE CTEEF nº 02/2019, de 16 de dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a aplicação na **Tarifa de Pedágio atual** do percentual de reajuste anual equivalente a **2,47% (dois inteiros e quarenta e sete centésimos por cento)**.

Art. 2º Homologar o valor da **Tarifa de Pedágio em R\$ 8,30 (oito reais e trinta centavos)**, que resulta nas **Tarifas de Pedágio por Categoria de Veículo**, indicadas no Quadro a seguir.

Categoria	Tipo de Veículo	Nº de Eixos	Rodagem	Multiplicador da tarifa	Tarifa (R\$)
1	automóvel, caminhonete, furgão	2	simples	1	8,30
2	caminhão leve, ônibus, caminhão e furgão	2	dupla	2	16,60
3	caminhão, caminhão c/ semirreboque e ônibus	3	dupla	3	24,90
4	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	4	dupla	4	33,20
5	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	5	dupla	5	41,50
6	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	6	dupla	6	49,80
7	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	7	dupla	7	58,10
8	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	8	dupla	8	66,40
9	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	9	dupla	9	74,70
10	automóvel ou caminhonete c/ semirreboque	3	simples	1,5	12,50
11	automóvel ou caminhonete c/ reboque	4	simples	2	16,60
12	motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2	simples	0,5	4,20

Art. 3º Determinar que as Tarifas de Pedágio indicadas no art. 2º, entrem em vigor a partir da zero hora de 4 de janeiro de 2020.

Recife, 18 de dezembro de 2019.

SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO
Diretor Presidente

JULIANA DIAS MEDICIS
Diretora de Regulação Técnico Operacional respondendo
cumulativamente pela Diretoria de Regulação Econômico-Financeira

CARLOS PORTO DE BARROS FILHO
Diretor Administrativo Financeiro